



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
Prezados Acionistas, o quarto trimestre de 2025 encerra um ano importante para a VestE, com a consolidação de um modelo de negócio que hoje garante, com maior segurança, o crescimento sustentável e rentável possível com coerência entre estratégia, decisões do dia a dia e execução. No 4T25, a receita líquida foi de R\$ 338,9 milhões, com crescimento de 8,4% em relação ao 4T24 e aumento de same store sales de 10,7%. O lucro bruto ajustado do trimestre foi de R\$ 217,0 milhões, 9,0% acima do mesmo período do ano anterior, com margem de 64,0% (+0,4 p.p. vs. o 4T24). Como resultado do crescimento com controle das despesas, o EBITDA ajustado cresceu 10,9% em comparação ao 4T24, totalizando R\$ 76,8 milhões, com margem de 22,7% (+0,6 p.p. vs. 4T24). Por fim, o bom desempenho da operação levou a um lucro líquido ajustado de R\$ 17,3 milhões no período, com margem líquida ajustada de 5,1%. Nesse contexto, o quarto trimestre confirma que alcançamos o planejado e compõe o ótimo histórico de resultados num ano muito importante para a VestE, que com crescimento e rentabilidade andaram juntas, com escala e disciplina. No ano de 2025, a receita líquida totalizou R\$ 1.24 bilhão, com crescimento de 10,4% e aumento de same store sales de 9,0%. O lucro bruto ajustado foi de R\$ 793,8 milhões, com margem de 63,9%, 0,3 p.p. acima do ano anterior. O crescimento de 0,3 ponto percentual reflete disciplina comercial, com melhor mix de produtos e maior participação de vendas a preço cheio. O EBITDA ajustado somou R\$ 266,7 milhões, um aumento de 3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem de 21,5%. O lucro líquido ajustado foi de R\$ 33,2 milhões, confirmando a evolução relevante e consistente da rentabilidade da Companhia. Esses números foram gerados num ambiente corporativo que transmite confiança e solidez e que é sustentado por três grandes eixos. O primeiro deles é a força das marcas e o crescimento com identidade. A Le Lis teve mais um ano muito consistente, com crescimento de 11,6% das vendas, expansão de 3,6% da receita ativa de clientes e alta participação de vendas a preço cheio. A marca segue sendo o principal pilar de geração de valor da Companhia. A BO.BÓ consolidou o papel estratégico dentro do portfólio, com crescimento expressivo de 14,8% ao longo do ano, ganho de relevância no faturamento total e evolução consistente de margem. Na Dudalina, o faturamento foi 5,2% maior em relação a 2024 e demais passos essenciais para acelerar o crescimento a partir de 2026. Brim's tem 15 franquias ao longo do ano e o encerramento de dezembro com 22 operações de sucesso, compartilhando o sucesso com nossos parceiros. Concentramos também os esforços no ganho de eficiência. O estoque da marca reduziu 43% em relação a dezembro de 2023 e 21% comparado a dezembro de 2024, enquanto o EBITDA da marca cresceu mais de 20% no ano. Na John John, cumprimos o esperado, a estabilidade, demonstrada pelo crescimento de 2,1%, e nos concentramos nos processos importantes de ajuste de mix, eficiência operacional e posicionamento. O terreno está preparado para novos ciclos de crescimento e, a administração apresentou crescimento de 8,7% em 2025, como resultado do foco direcionado para o canal de B2B. O segundo eixo são os canais que escalam com rentabilidade. O canal digital encerrou 2025 em um novo patamar. A migração completa para a plataforma VTEX foi concluída, permitindo maior escalabilidade, melhor experiência para o cliente e ganhos claros de eficiência. O B2C digital cresceu 26,5% no quarto trimestre e 21,3% no ano, com expansão de margem e aumento da participação de aplicativos, que já representam 24,3% das vendas digitais. E o canal B2B teve mais um ano de forte evolução. Crescemos 13,7% em faturamento, ganhamos margem e avançamos na transformação do modelo, com destaque para a expansão das franquias da Dudalina. Como terceiro eixo, temos disciplina operacional e solidez financeira. Essa disciplina se demonstra em três principais pontos de gestão: eficiência operacional, redução das despesas e a alocação de capital. Com disciplina na gestão dos estoques, chegamos a 177 dias de cobertura de estoque ao fim de dezembro de 2025, uma redução de 44 dias em relação ao ano anterior. No campo das despesas, melhoramos em 1,2 ponto percentual a relação de despesas sobre receita líquida. E quanto à alocação de capital, pagamos a primeira parcela da 13ª emissão de debêntures, fechando o ano com dívida líquida de R\$ 114 milhões versus R\$ 143 milhões em setembro de 2025. Apoiados pela consistência da operação, seguimos avançando na redução do endividamento e no fortalecimento do balanço. Encerramos 2025 confiantes na estratégia que escolhemos. Ainda mais do que bons números, o ano que passou deixa legados que nos impulsionam: • base ativa de clientes maior e mais engajada, • jornada de compra mais integrada entre canais, • B2B reposicionado e em crescimento, • infraestrutura digital fortalecida para escala, e a organização mais preparada para o crescimento sustentável. Dessa forma, entramos em 2026 com fundamentos fortes para o crescimento rentável e sustentável da VestE. Vamos seguir focados em crescimento disciplinado, fortalecimento das marcas, expansão dos canais estratégicos e geração consistente de valor para os acionistas. Estamos confiantes na capacidade de execução da Companhia. Agradecemos aos colaboradores, parceiros e investidores pela confiança.

DESEMPENHO OPERACIONAL
Faturamento Bruto: O faturamento bruto consolidado em 2025 totalizou R\$ 1.529,0 milhões, um crescimento de 8,7% em relação ao ano de 2024. A tabela a seguir apresenta a abertura da receita bruta entre os canais de distribuição para os períodos indicados:

RS Milhões	2024	2025	Var. %
Faturamento Bruto	1.406,6	1.529,0	8,7%
Por Canal			
B2C	1.058,9	1.147,2	8,3%
Lojas Físicas	826,7	865,6	4,7%
Digital	232,2	281,6	21,3%

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - Em milhares de Reais

Ativo	Controladora Consolidado		Total
	Nota 31/12/2025	31/12/2024	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	40.503	35.255
Títulos e valores mobiliários		-	19.642
Contas a receber	8	230.265	173.543
Estoques	9	218.023	249.099
Imposto a recuperar	10	7.249	6.388
Despesas antecipadas		2.909	3.041
Outros créditos a receber		1.583	1.206
		500.532	488.168
Ativo realizável a longo prazo			
Depósito judicial	20	9.981	9.610
Contas a receber	8	3.874	4.693
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	302.781	302.781
		316.636	317.084
Investimento		-	322
Imobilizado	11	318.587	335.562
Intangível	12	519.761	515.678
		1.154.984	1.168.324
Total do ativo		1.655.516	1.656.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de Reais

Saldo em 31 de dezembro de 2023	Reserva de capital		Reserva de lucros		Lucro/Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reserva de lucros	Retenção de lucros para o orçamento de capital			
Transação de capital com os sócios:	924.758	49.261	3.303	55.613	-	(867)	1.032.693
Aumento de capital (Nota 21)	10.049	-	-	-	-	-	10.049
Resultado abrangente Total:	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	665	-	665
Efeito de variação cambial pela conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	35	-	35
Destinação:	-	-	-	-	665	-	665
Destinação para reserva legal (Nota 21)	-	-	33	-	-	-	33
Dividendos obrigatórios (Nota 21)	-	-	-	-	(158)	-	(158)
Destinação para reserva de orçamento de capital	-	-	-	474	(474)	-	-
	-	-	-	474	(665)	-	(158)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	934.807	49.261	25	3.396	56.087	(832)	1.043.284
Transação de capital com os sócios:	333	-	-	-	-	-	333
Aumento de capital (Nota 21)	333	-	-	-	-	-	333
Plano de opções de compra de ações (Nota 21)	-	2.416	-	-	-	-	2.416
Resultado abrangente Total:	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	24.409	-	24.409
Efeito de variação cambial pela conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	832	-	832
Destinação para reserva legal (Nota 21)	-	-	1.220	-	-	-	1.220
Dividendos obrigatórios (Nota 21)	-	-	-	-	(5.797)	-	(5.797)
Destinação para reserva de orçamento de capital	-	-	-	17.392	(17.392)	-	-
	-	-	-	1.220	(24.409)	-	(6.797)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	935.140	49.261	2.441	5.156	73.479	(867)	1.065.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A VestE S.A. Estiló ("Companhia" ou "Grupo") estabelecida no Brasil, com sede na Rua Othão, 405, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 19 de abril de 1982, é uma companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código de negociação VSTE3. A Companhia tem como objetivos principais: o desenvolvimento, a exploração da indústria, o comércio, a importação e a exportação de roupas e acessórios do vestuário, e o comércio de itens de decoração, higiene e cosméticos, entre outros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha 159 lojas próprias (165 em 31 de dezembro de 2024), distribuídas entre as marcas Le Lis, Brando Deux, Dudalina, Bo.Bó e John John; 10 outlets e 23 lojas franquadas. Adicionalmente, a Companhia tem 2 unidades fabris nos Estados de Goiás e Paraná e 3 centros de distribuição nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. A unidade fabril de Goiás, a Companhia firmou com o Estado de Goiás o direito de usufruto o benefício do Programa de Desenvolvimento Industrial - Pro-Goiás, que concede o benefício do Crédito Outorgado para efeito de compensação de ICMS para as empresas industriais de restrição instaladas nesse Estado. A Companhia tem como obrigação estar instalada e ter atividades industriais em Goiás, em contrapartida, deve realizar o depósito de 15% sobre o benefício utilizado para o Fundo PROTEGE (Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás). Adicionalmente, a Companhia mantém um centro de distribuição no Município de Extrema, Minas Gerais e firmou um acordo com o Estado, garantindo o direito de usufruto do benefício do Regime Especial TISSE-indústria. O benefício fiscal concedido pelo Governo de Minas Gerais consiste na redução da alíquota do ICMS nas operações de vendas por e-commerce destinadas ao consumidor final. Para as vendas internas, o ICMS efetivamente pago varia entre 6% e 14%, enquanto para as vendas interestaduais a alíquota é de 1,3%. 1.1 VestE International LLC: Em 28 de dezembro de 2019, a diretoria da Companhia aprovou o encerramento das atividades operacionais da VestE LLC. O fechamento das lojas ocorreu no início de 2020 e, desde então, a controlada permanece dormente. No terceiro trimestre de 2025, a Companhia concluiu formalmente o processo de encerramento da subsidiária. Desta forma, a Companhia deixou de apresentar suas demonstrações consolidadas em 31 de dezembro de 2025, mantendo apenas as demonstrações de resultado, resultado abrangente e fluxos de caixa, em virtude dos resultados auferidos nesta subsidiária até seu encerramento de ativos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Os procedimentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Diretoria na sua gestão. **2.2 Continuidade operacional:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Reais às taxas de câmbio previstas e, na data de aprovação das demonstrações financeiras, concluiu que a Companhia tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente e que possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram elaboradas adotando a base contábil de continuidade operacional.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Diretoria utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados e os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Reais às taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos de balanço e balanço consolidado são convertidos para a moeda vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, conforme regime de competência. **(ii) Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Reais às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas médias de câmbio apuradas mensalmente. As diferenças de moedas estrangeiras

geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. **(c) Receitas de venda de mercadorias:** O CPC e IFRS 15 - Receita de Contratos estabelecem o modelo que visa reconhecer se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as Contas são reconhecidas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber a contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas. Os fluxos de receita da Companhia consistem na comercialização de suas mercadorias por meio de uma cadeia de pontos de vendas que incluem lojas próprias (varejo), lojas multimarcas (atacado), e-commerce e outlets (varejo e atacado). Os produtos são produzidos e comercializados em um modelo de distribuição original, quando do cumprimento da obrigação de desempenho, que é materializado por meio da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro, piç, cheque, cartão de débito e a prazo através de cartões de crédito para as vendas nas lojas e e-commerce. E concessão de limites de crédito e despesas de juros são reconhecidas no momento em que a receita é reconhecida no balanço. **(d) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Juros; • Variações cambiais ativas e passivas; • Despesas bancárias; • Juros de arrendamentos; • Rendimentos de aplicações financeiras; • Amortização de custo de transação de debêntures; • Ganho ou perda por mensuração ao valor justo sobre dívida remanescente. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no momento em que os juros efetivos da taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. **(e) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% e 25% das despesas de juros efetivos. O montante do imposto de renda e contribuição social do imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido no balanço patrimonial e o valor recuperável excedente de R\$40 (base anual) para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considerado uma compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(f) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer eventual ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante do imposto corrente é pago ou a receber reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido e o imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nas projeções futuras preparadas pela Companhia que contemplem condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas taxas de crescimento de vendas, margens e taxas de desconto que podem ser impactadas pelas reduções ou aumentos econômicos, as taxas de inflação esperadas. A análise fiscal é realizada e revisada a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro. **(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** O montante do imposto diferido é reconhecido na maneira sob qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. **(f) Caixa e Equivalente de Caixa:** Representam saldos de caixa, banco e aplicações financeiras, de liquidez imediata, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são mantidas para atender compromissos de curto prazo. **(g) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo valor entre o custo histórico e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição e formação. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. **(ii) Imobilizado:** **(i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e redução de valor. Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Reais às taxas de câmbio vigentes na data de aquisição. O montante do imobilizado não reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seu valor residual estimado, e é reconhecido utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis médias estimadas do ativo imobilizado, para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no individual e no consolidado, são as seguintes: • Móveis e utensílios 10 anos • Equipamentos e equipamentos 5 a 10 anos • Instalações 10 anos • Veículos 5 anos

Reconciliação do Lucro Líquido

	12M24	12M25
Resultado financeiro	12M24	12M25
Lucro líquido ajustado	14.181	33.173

Reconciliação do Lucro Líquido
Ajuste de itens não recorrentes no Lucro Líquido no exercício de 2025: i. Deduções sobre a receita bruta em janeiro de 2025, conforme a redação da Lei nº 12.546/2011, que trata sobre a Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta ("CPRB") vigente naquele momento, a Companhia aderiu à desoneração da folha de pagamento, a adesão modifica a base de cálculo de parte do INSS, passando esse a incidir sobre a receita bruta de vendas e que incide anteriormente sobre a folha de pagamento da Companhia (custos e SGBA). O montante total incorrido em deduções sobre a receita bruta, decorrente da adesão à CPRB, foi de R\$ 11,6 milhões. Para efeito de comparabilidade com os exercícios anteriores à adesão à CPRB, a Companhia optou por considerar esse impacto como ajuste da receita líquida. ii. Custo dos produtos vendidos: ajuste referente à mudança de alocação de parte do INSS devido à adesão à CPRB, relativa a folha de pagamento de colaboradores das fábricas, no valor de R\$ 1,5 milhão, que passou a ser considerado como dedução da receita bruta. iii. Despesas com pessoal: ajustes na linha de despesas com pessoal, referentes (i) à mudança de alocação de parte do INSS decorrente da adesão à CPRB, relativa à folha de pagamento de colaboradores da força de vendas e administrativos, no valor de R\$ 10,1 milhões, que passaram a ser considerados como dedução da receita bruta e (ii) despesas relativas à reestruturação de áreas corporativas e encerramento de operações, no valor de R\$ 0,8 milhões. iv. Despesa com ocupação e outras despesas: ajustes referem-se a desmobilização de lojas encerradas, no valor de R\$ 4,2 milhão. v. Depreciação e amortização: efeito de recálculo da vida útil das lojas reformadas, com impacto de R\$ 2,9 milhão. vi. Resultado Financeiro: encerramento da operação da VestE International, em R\$ 0,9 milhão.

Os ajustes realizados no exercício de 2024 estão disponíveis para consulta no Earnings Release do Relatório de Resultados de 2024.

ENDIVIDAMENTO
A dívida líquida ao final de 2025 era de R\$ 113,7 milhões, conforme quadro abaixo:

	2024	2025
Endividamento	54.932	40.503
Caixa e equivalentes de caixa	(48.378)	(31.586)
Endividamento de longo prazo*	(13.385)	(12.258)
Dívida Líquida	(106.831)	(113.617)

EBITDA LTM ajustado (ex IFRS 16)
EBITDA Líquida/EBITDA LTM ajustado (ex IFRS 16)
Arrendamento mercantil financeiro de curto prazo
Arrendamento mercantil financeiro de longo prazo
Dívida Líquida Total (Incl. Arrendamento)
EBITDA LTM ajustado
Dívida Líquida Total (Incl. Arrendamento)/EBITDA LTM ajustado

Informações Adicionais: Relacionamento com Auditores Independentes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que, no exercício de 2025, nossos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA., não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras da Companhia. **Notas:** Valores ajustados referem-se a ajustes contábeis para fins de comparabilidade e melhor análise do mercado. 1. Lucro Bruto Ajustado: O Lucro Bruto Ajustado é calculado por meio do Lucro Bruto rescindido ou reduzido por itens que a Companhia entende como não recorrentes, ou que não afetam a sua geração de caixa e que podem ser compostas por itens diferentes em cada período. 2. Margem Bruta Ajustada: A margem Bruta Ajustada é calculada como a divisão entre o Lucro Bruto Ajustado e a Receita Líquida de vendas. 3. EBITDA Ajustado: O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em conformância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas depreciações e amortizações. O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido por itens que a Companhia entende como não recorrentes, ou que não afetam a sua geração de caixa e que podem ser compostas por itens diferentes em cada período. 4. Margem Líquida Ajustada: A margem Líquida Ajustada é calculada como a divisão entre o Lucro Líquido Ajustado e a Receita Líquida de vendas. 5. Dívida Líquida: A Dívida Líquida é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou informações contábeis intermediárias que corresponde ao somatório dos saldos de debêntures, empréstimos e financiamentos e cessão de recebíveis com direito de regresso, deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa. 6. Dívida Líquida Total (Incl. Arrendamento): A Dívida Líquida Total (Incl. Arrendamento) é calculada por meio da Dívida Líquida acrescida pelo saldo do Passivo de Arrendamento.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de Reais

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	22	1.230.948	1.111.555	1.230.948
Custo dos produtos vendidos	23	(447.249)	(408.288)	(447.248)
		783.700	703.267	783.700
(Despesas e receitas operacionais)				
Despesas gerais e administrativas	24	(177.248)	(170.686)	(177.530)
Despesas com vendas	24	(523.439)	(490.201)	(523.439)
Outras receitas		5.142	4.917	5.477
Outras despesas		(2.756)	(3.355)	(2.771)
Equivalência patrimonial		22	(515)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		85.421	43.417	85.437
Despesas financeiras	25	(68.695)	(61.723)	(61.723)
Receitas financeiras	25	7.683	7.640	7.683
		(61.012)	(54.060)	(61.028)
Resultado antes dos impostos		24.409	(10.643)	24.409
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	24.409	11.308	24.409
Resultado por ação do período - básico	21	0,21389	0,00584	0,21389
Resultado por ação do período - diluído	21	0,21338	0,00584	0,21338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de Reais

||
||
||

CONTINUAÇÃO			
16. Obrigações tributárias			
	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
ICMS (I)	48.208	56.255	56.255
PIS e COFINS	5.507	703	703
Outros	697	741	741
	54.412	57.699	57.699
Circulante	33.941	30.659	30.659
Não Circulante	20.471	27.040	27.040
	54.412	57.699	57.699

(I) Em 31 de dezembro de 2025, no montante há R\$ 30.293 relativos a parcelamento de ICMS a pagar, sendo que o último vencimento será em abril de 2029.

17. Obrigações trabalhistas			
	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Salários a pagar	9.753	9.745	9.745
Obrigações previdenciárias - FGTS/INSS	8.935	8.282	8.282
Obrigações - férias, 13o salário e encargos	27.322	25.130	25.130
Bônus a pagar	6.314	-	-
IR sobre Folha	6.304	5.311	5.311
Outros	829	640	640
	58.557	49.108	49.108

18. Arrendamentos			
	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Salários a pagar	11,04%		
1	12,30%		
2	13,18%		
3	12,36%		
4	15,69%		
5			

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo:

Passivo de arrendamento em 31/12/2023			
	Controladora e Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Adições	168.770		
Pagamentos	(76.572)		
Juros sobre arrendamento	17.732		
Saldos em rescisões contratuais	(7.474)		
Outros	(4.678)		
Passivo de arrendamento em 31/12/2024	186.131		
Adições	47.659		
Pagamentos de principal	(21.111)		
Pagamentos de juros	(17.903)		
Juros sobre arrendamento	17.903		
Baixa por rescisões contratuais	(10.609)		
Passivo de arrendamento em 31/12/2025	159.970		
Adições	159.970		
Pagamentos de principal	(21.111)		
Pagamentos de juros	(17.903)		
Juros sobre arrendamento	17.903		
Baixa por rescisões contratuais	(10.609)		
Passivo de arrendamento em 31/12/2025	159.970		

Passivo de arrendamento em 31/12/2025			
	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Circulante	63.605	59.428	59.428
Não Circulante	96.365	126.703	126.703
	160.970	186.131	186.131

As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 11. Os cronogramas de amortização estão demonstrados a seguir, por ano de vencimento:

Ano de vencimento			
	Controladora e Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
2026	63.605		
2027	46.390		
2028	46.390		
2029	16.015		
2030	2.957		
	159.970		

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embuado na apresentação de balanço em 31 de dezembro de 2025, em períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de Caixa			
	Nominal	Ajustado a valor presente	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Contraprestação do Arredamento	170.595		145.546
Pis /Cofins	16.907		14.424
A Diretoria da Companhia na mensuração e na remeoração de seu passivo de arrendamento do direito de uso, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Companhia tivesse considerado a inflação (substantialmente IGPM) em seu fluxo de caixa o efeito sobre o direito de uso e o passivo de arrendamento seria um aumento aproximado de R\$ 6.815.			

19. Partes relacionadas			
(i) Transações e saldos com partes relacionadas: Os saldos e transações com partes relacionadas compreendem:			
	Veste S.A		Veste International LLC
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Saldos patrimoniais			
Contas a receber - Partes relacionadas	-	-	690
Contas a pagar - Partes relacionadas	690	-	-

Saldos resultado			
	Veste S.A		Veste S.A
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Aluguel (referê-matriz (i))	585		1.807

(i) Refere-se a despesa paga a sociedades investidas e administradas por membro da Diretoria da Companhia referente às despesas com aluguel em relação ao período de 01 de janeiro de 2024 até o encerramento de distribuição. (ii) Remuneração dos Administradores: Conforme divulgado na Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2025, o limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025 é de R\$ 16.100. Os valores pagos aos administradores (conselheiros, membros do comitê e diretores) da Companhia no exercício são resumidos como segue:

	Diretoria		Conselho	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários, honorários, encargos sociais e benefícios	4.496	5.498	3.160	3.886
Plano de opção	2.416	-	-	-
Bônus	69	461	-	-
	7.603	5.959	3.160	3.886

20. Provisão para demandas judiciais			
a) Riscos trabalhistas, civis e tributários: A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos em decorrência do curso normal de suas operações, envolvendo questões de naturezas fiscal, civil, trabalhista e previdenciária.			
	Controladora e Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2025
Previdenciária e trabalhistas (i)	16.242	2.664	(2.497)
Cíveis	3.079	816	(389)
Tributários	20.823	497	(916)
	40.144	3.977	(3.802)

(i) Esta rubrica é composta basicamente pelas seguintes ações judiciais: (a) Fator Acidentário de Prevenção, no montante de R\$ 2.444; (b) Composto por 117 processos trabalhistas no montante de R\$ 11.265 e 8 ações sindicais no montante de R\$ 2.701. **b) Perdas possíveis:** A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, civis, trabalhistas e previdenciárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	31/12/2025		31/12/2024	
Previdenciária e trabalhistas (i)	32.615	34.884	-	-
Cíveis (ii)	2.416	23.747	-	-
Governo Estadual (iii)	69	39.180	-	-
Governo Federal (iv)	184.732	111.037	-	-
	280.274	199.264	-	-

(i) Esta rubrica é composta basicamente pelas seguintes ações judiciais: a) Contribuição previdenciária sobre aplicação do limitador de 20 vezes o valor do salário-mínimo, para fins de formação de base de cálculo das contribuições destinadas a terceiras entidades ou fundos (Sistema S), no montante de R\$ 22.146, na qual a Companhia deteve liminar para o não recolhimento. Em 13 de março de 2024, Supremo Tribunal de Justiça - STJ, finalizou o julgamento do Tema 1079, encerrando a discussão quanto à tese de limitação dos 20 salários. O Colegiado, por maioria, entendeu que, a partir da entrada em vigor do artigo 1º, inciso I do Decreto-Lei nº 2.246, esta regra não se aplica às contribuições destinadas ao SESC e ao SENAC não estão submetidas ao teto de 20 salários-mínimos. Ainda, nesta Seção do Supremo Tribunal de Justiça, por maioria, modulou os efeitos da decisão, resguardando o direito ao passado das empresas que (i) ingressaram com ação judicial e/ou protocolaram pedidos administrativos até o data de início do presente julgamento (ii) e obtiveram pronunciamento judicial ou administrativo favorável, resguardando a limitação. Os efeitos da decisão foram confirmados com a publicação do acórdão em 02 de maio de 2024. Conforme citado acima, a Companhia obteve liminar para o não recolhimento até a data da publicação do acórdão e nossos Consultores jurídicos mantêm as chances de êxito como possível com relação ao período compreendido na ação. b) O montante de R\$ 10.469 é representado por 74 processos trabalhistas. (ii) Nesta rubrica, há o montante de R\$ 16.306, relativo a um processo da Companhia junto asseguradora, relacionado a questões contratuais. Adicionalmente, o livro de número 7.441, refere-se a 89 processos relacionados a diversos temas cíveis. (iii) O montante de R\$ 39.180, é representado por 97 processos, basicamente refere-se à tributação de ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, em diversos estados da Federação Brasileira. (iv) Esta rubrica é composta basicamente pelos seguintes temas: (i) O montante de R\$ 56.255 refere-se a PERD/COMP não homologado relativo a créditos de IRRF sobre rendimento de aplicações financeiras em SWAP. O montante de R\$ 123.777 relativos a créditos fiscais de PIS e Cofins. Deste montante há auto de infração lavrado no terceiro trimestre de 2025, no valor de R\$ 55.271, decorrente da apropriação de créditos de PIS e Cofins sobre determinadas rubricas. A Companhia submeteu o referido auto à análise de seus assessores jurídicos, os quais entenderam como provável de perda possível. A Companhia mantém os seus procedimentos adotados estão adequados, e por essa razão, apresentou recurso questionando o auto de infração. **c) Depósitos judiciais:** A Companhia tem registrado o montante de R\$ 9.981 (R\$ 9.610 em 31 de dezembro de 2024), representado, substancialmente, por depósitos atrelados aos processos previdenciários e trabalhistas.

21. Patrimônio líquido
a) Capital social integralizado: Em 03 de março de 2024, foi homologado o aumento de capital social, no montante R\$ 10.049, mediante a emissão de 573.986 novas ações ordinárias, todas escrituradas e sem valor. Adicionalmente, em 29 de abril de 2025, o Conselho da Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, com a emissão de novas ações ordinárias, sem valor nominal, subscritas pela Companhia, em virtude do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações aprovado em 14 de julho de 2021 ("Plano") em Assembleia Geral Extraordinária. Em 28 de abril de 2025, foi concluído o aumento de capital no montante de R\$ 333. Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia subscrito é de R\$ 935.140 (R\$ 934.807 em 31 de dezembro de 2024). A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era a seguinte:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de Ações	% de Ações	Quantidade de Ações	% de Ações
Acionistas				
Banco BTG Pactual S.A.	56.786.014	49,67%	-	0,00%
Kamari Participações S.A. (antigo Geribá Participações)	19.248.530	16,84%	20.470.230	17,96%
Patronal Gestão de Recursos Ltda	15.848.847	13,89%	-	0,00%
Porto Empreendimentos e Part. S.A.	9.682.380	8,47%	10.023.580	8,79%
Fundus sob gestão da WNT Gestora de Recursos	1.360.010	1,19%	44.453.971	38,99%
Trustee DTVM	-	0,00%	14.834.800	13,01%
Banco XP S.A.	-	0,00%	12.800.000	11,23%
Outros	11.408.062	9,97%	11.417.929	10,02%
Total	114.333.843	100%	114.000.510	100%

b) Resultado por ação: A tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Numerador básico:		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	24.409	665
Denominador diluído:		
Média ponderada de ações ordinárias	114.226	113.902
Lucro por ação - Básico e diluído	0,21369	0,00584

22. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Companhia, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízos acumulados e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 5.156 (R\$ 3.936 em 31 de dezembro de 2024). (ii) **Reserva de lucros para pagamento de Capital:** Esta reserva consiste na retenção de lucros por proposta da Diretoria, baseadas em orçamento de capital. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é de R\$ 13.479 (R\$ 56.087 em 31 de dezembro de 2024), consiste na retenção de lucros por proposta pela Diretoria, baseadas em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi constituído o montante de R\$ 17.392, que será submetido a aprovação pelo Conselho de Administração. (f) **Distribuição de dividendos:** O Estatuto social da Companhia assegura aos acionistas dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto na legislação, no montante de 25% do lucro líquido após a constituição das reservas obrigatórias por lei.

VESTE S.A. ESTILO			
	31/12/2025		31/12/2024
Lucro líquido do exercício	24.409		665
Reserva legal - 5%	(1.220)		(33)
Base de cálculo dos dividendos	23.188		633
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (I)	(5.797)		(158)
Reserva de lucro	17.391		474

(I) Os dividendos mínimos obrigatórios serão objeto de avaliação do Conselho de Administração e da Assembleia de acionistas. Referente ao dividendo destacado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o pagamento foi realizado em maio de 2025. **g) Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Conforme divulgado na nota explicativa 1, em razão do encerramento das atividades da unidade Veste LLC, não há saldo em ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 832 em 31 de dezembro de 2024). Esse valor refere-se às diferenças de conversão de moeda estrangeira geradas na conversão para a moeda de apresentação. Durante o exercício de 2025, a entidade jurídica foi encerrada tendo como consequência a baixa total da entidade localizada no exterior. Diante do exposto e conforme requerido nas normas contábeis foi reclassificado ao resultado do período, o montante que estava registrado anteriormente na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, foi reconhecido como ajuste de reclassificação, conforme CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

22. Receita líquida de vendas			
	Controladora e Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Receita líquida de vendas-lojas de varejo	957.658		910.512
Receita líquida de vendas-atacado	271.398		238.718
Receita líquida de vendas-canaís online varejo	299.936		257.377
Impostos sobre vendas (i)	(298.036)		(295.052)
	1.230.948		1.111.555

(i) Nesta rubrica, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, há o montante de R\$ 11.572 (Em 31 de dezembro de 2024 o montante foi de R\$ 13.907) referente a Contribuição previdenciária sobre Receita Bruta, na qual, em janeiro de 2025 e 2024, a Companhia realizou a opção pela desoneração (II) de pagamento para os produtos citados, conforme a Lei nº 12.546/2011. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e a receita líquida apresentada nas informações de resultado do exercício:

23. Custo dos produtos vendidos			
	Controladora e Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Receita bruta de vendas	1.654.285		1.543.078
Impostos sobre vendas	(298.036)		(295.052)
Devoluções, abatimentos e cancelamentos (i)	(154.305)		(136.469)
	1.201.944		1.111.557

(i) De acordo com a política de devoluções da Companhia, para vendas realizadas nas lojas de varejo e online para as vendas online, caso seja a opção do cliente, o reembolso pode ser efetuado por estorno no mesmo meio de pagamento originalmente utilizado, o cliente recebe, no ato da devolução, um vale-troca no mesmo valor da mercadoria devolvida para posterior utilização em uma nova compra. Em 31 de dezembro de 2025 o total de devoluções referente a vale-troca foi de R\$ 149.220 (R\$ 130.711 em 31 de dezembro de 2024).

24. Despesas por natureza			
	Controladora e Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Despesas com pessoal	(278.114)	(260.265)	(278.114)
Despesas de depreciação e amortização	(169.120)	(166.180)	(166.180)
Despesas com ocupação (i)	(77.447)	(77.082)	(77.447)
Despesas com marketing	(58.056)	(58.239)	(58.239)
Comissão de cartão de crédito	(25.410)	(22.285)	(22.285)
Frete	(23.921)	(19.708)	(23.921)
Assessoria de informática	(8.457)	(6.714)	(8.457)
Honorários advocatícios	(6.023)	(7.301)	(6.023)

(i) Refere-se às despesas com aluguel variável, condomínio, fundo de promoção, IPTU e energia elétrica da administração e lojas.

25. Resultado financeiro			
	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Despesas financeiras	(834)	(716)	(834)
Juros (ii)	(44.176)	(38.122)	(44.176)
Despesas bancárias	(720)	(244)	(736)
Juros de arrendamentos	(17.903)	(17.732)	(17.903)
Amortização do ganho valor justo da dívida remanescente	(672)	(672)	(672)
Amortização do custo de transação de empréstimos e debênture	(545)	(260)	(545)
Outros (iii)	(3.845)	(3.954)	(3.845)
	(68.695)	(61.700)	(68.711)

Despesas financeiras
 Despesas passivas (i)
 Juros (ii)
 Despesas bancárias
 Juros de arrendamentos
 Amortização do ganho valor justo da dívida remanescente
 Amortização do custo de transação de empréstimos e debênture
 Outros (iii)

Receitas financeiras			
	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Variações ativas (i)	767	838	767
Rendimento de aplicação financeira	4.325	4.242	4.325
Juros ativos	1.876	1.823	1.876
Outras	715	737	715
	7.683	7.640	7.683
	(61.012)	(54,060)	(61,028)

(i) Referem-se, substancialmente à variação cambial de fornecedores estrangeiros. (ii) Nesta rubrica há apropriação de juros de debêntures (Em 31 de dezembro de 202

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração da **Veste S.A. Estilo** (Companhia)
1. Apresentação: O Comitê de Auditoria da Companhia é órgão colegiado, não estatutário, de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pelas disposições previstas em seu Regimento Interno. Em 02 de maio de 2025, o Conselho de Administração elegeu os membros, com mandatos coincidentes com os mandatos dos atuais membros do Conselho de Administração, ou seja, até a Assembleia Geral de 2027. Marcelo Moojen Epperlein, Pedro Tavares Martins e Luciano Mathia Penha. O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento à legislação e regulamentação aplicáveis, assim como às atribuições previstas no Regimento Interno do Comitê. **2. Atividades Desenvolvidas:** Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias do Comitê são realizadas, no mínimo, trimestralmente, ou, extraordinariamente, sempre que necessário. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Comitê reuniu-se 7 vezes. As principais atividades realizadas pelo Comitê foram: **2.1 Demonstrações Financeiras:** (i) Análise e recomendação favorável acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2025 (1T25), 30 de junho de 2025 (2T25) e 30 de setembro de 2025 (3T25); (ii) Análise e recomendação favorável acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (DF2025). **2.2 Gerenciamento de Riscos e Controles Internos:** (i) Apreciação e recomendação sobre os principais riscos envolvidos no desenvolvimento das atividades da Companhia. **2.3 Auditoria Interna:** (i) Apreciação e aprovação do plano de auditorias a serem realizadas em 2025; (ii) Apreciação do sumário com os principais projetos realizados em 2025; (iii) Apreciação e aprovação dos procedimentos adotados para a manutenção da eficácia dos processos de controles internos e de gestão de riscos frente ao atual nível de operações da Companhia; (iv) Apreciação e certificação dos relatórios da Auditoria Interna. **2.4 Auditoria Independente:** (i) Apreciação da visão geral e escopo dos trabalhos da Auditoria Independente para 2025, bem como da estratégia de auditoria consolidada e dos principais assuntos e resultados; (ii) Apreciação da estratégia de auditoria consolidada, e dos principais assuntos e resultados dos trabalhos realizados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, em 2025. **3. Conclusões:** Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, apreciaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e as eventuais recomendações de melhoria por eles sugeridas, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, e, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê ao longo do exercício social, os membros do Comitê manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos acionistas em Assembleia Geral.

Membros do Comitê de Auditoria:
Marcelo Moojen Epperlein **Pedro Tavares Martins** **Luciano Mathia Penha**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Veste S.A. Estilo**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, nos termos do artigo 163 da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Destinação do Resultado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, bem como as informações e os esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que os referidos documentos encontram-se em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.
 São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.
 Luciano Castiglioni Pascon Stefano Malvezi Ana Toledo Vieira

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Veste S.A. Estilo** ("Companhia"), abaixo relacionados, declaram que, para fins do disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80/2022, conforme alterada, revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, divulgadas nesta data.
 São Paulo, 2 de março de 2026.
Alexandre Calixto Afrange - Diretor Presidente **Rogério Okada** - Diretor de Abastecimento e Logística
Elisa Bastos de Lima - Diretora Financeira e de Relações com Investidores **Renata Caldeira Viacava** - Diretora de Supervisão de Lojas

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES

Os Diretores da **Veste S.A. Estilo** ("Companhia"), abaixo relacionados, declaram que, para fins do disposto no artigo 27, § 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80/2022, conforme alterada, revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, elaborado por Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, divulgadas nesta data.
 São Paulo, 2 de março de 2026.
Alexandre Calixto Afrange - Diretor Presidente **Rogério Okada** - Diretor de Abastecimento e Logística
Elisa Bastos de Lima - Diretora Financeira e de Relações com Investidores **Renata Caldeira Viacava** - Diretora de Supervisão de Lojas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Veste S.A. Estilo** - São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Veste S.A. Estilo ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Veste S.A. Estilo, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAAs") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Imposto de renda e contribuição social diferidos: Por que é um PAA?:** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 5e (ii) e nº 26 as demonstrações financeiras, a Companhia possui registrado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos, apresentados de forma líquida, no montante de R\$303 milhões em 31 de dezembro de 2025, calculados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. A realização desses ativos depende da geração de lucros tributáveis futuros, os quais são baseados em estimativas e premissas preparadas pela Diretoria e aprovadas pelo Conselho de Administração. Esse cenário exige julgamento relevante da Diretoria, especialmente em função do histórico recente de resultados negativos e do ambiente econômico do setor de varejo têxtil. A recuperabilidade desses impostos diferidos foi considerada um principal assunto de auditoria em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; e (ii) do alto nível de complexidade relacionado ao processo de avaliação da Diretoria, o qual requer julgamento significativo e inclui premissas relevantes na geração de lucros tributáveis futuros. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós: • Entendemos todos os principais controles internos para determinação, avaliação e reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos. • A leitura das políticas contábeis que suportam o reconhecimento contábil do imposto de renda e da contribuição diferidos. • A análise da razoabilidade dos principais dados e premissas utilizadas pela Diretoria na estimativa de lucros tributáveis futuros. • A avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e da contribuição social diferidos, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas expli-

cativas nº 5e (ii) e nº 26, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria e apresentadas como informação suplementar para fins de "IFRS Accounting Standards", foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do Grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
 São Paulo, 02 de março de 2026



Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenorio Contador - CRC nº 1 SP 216175/O-7

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 03/03/2026
 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link